

Estudos sobre o Integralismo e seus momentos

Edgar Bruno Franke Serratto*

Resumo: A Ação Integralista Brasileira foi objeto de estudo das Ciências Humanas desde a década de 1960 até os dias atuais. Desde os primeiros estudos publicados, temos diversos modelos de abordagem e análise que correspondem aos diferentes “momentos” de nossa historiografia. O presente artigo tem por objetivo, justamente, entender como estes diferentes “momentos” de nossa historiografia trataram o Integralismo.

Palavras-Chave: Integralismo – Fascismo - Historiografia

Abstract: The Brazilian Integralist Action was object of study of humanities from 1960 to nowadays. Since the first published studies we have several types of approach and analysis that represent different “moments” of Brazilian historiography. This article has the objective of understanding this different “moments” of historiography that studied Integralism.

Keywords: Integralism – Facism - Historiography

Muitos trabalhos já foram produzidos sobre a Ação Integralista Brasileira (AIB) e as interpretações sofreram grandes mudanças desde os primeiros estudos realizados, em comparação com as atuais pesquisas. Por este motivo, o que tentaremos explorar no presente artigo são os diferentes “momentos” desta historiografia, atrelados as suas características de análise, abordagem e interpretações (Bertonha, 2004: s/p), que correspondem, em certa medida, com as próprias tendências da historiografia brasileira. Ressaltamos, porém, que não nos deteremos a longas críticas e análises sobre os referidos estudos, uma vez que nossa proposta é a de caracterizar estes “momentos” da historiografia que tratou o Integralismo como objeto de estudo, realizando um mapeamento destes, para a melhor orientação dos futuros trabalhos e/ou novas reflexões de antigos pesquisadores que trabalham com o tema.

Voltando então nossa atenção às questões historiográficas, observamos que na segunda metade da década de 1940 e durante as décadas de 1950-60, não tivemos estudos que elegeram a AIB como principal objeto de análise, sendo este, o primeiro “momento” desta historiografia. Os motivos que justificam esta atitude por parte dos pesquisadores podem ser, ao menos, apontados. Primeiramente, temos o próprio contexto histórico brasileiro, que nestas duas décadas, restabeleceu e reconsolidou a democracia. Logo, um movimento autoritário e/ou fascista de nosso passado até então recente, não se mostrou atraente para tornar-se objeto de novos trabalhos, como nos indica Trindade (Trindade, 1996, p. 302) e Wanderley Santos

* Licenciado em história pela Universidade Tuiti do Paraná e mestrando em história pela Universidade Federal do Paraná

(Trindade, 1996: 3002), assinalando assim, a desvalorização por preconceito ideológico do autoritarismo e do fascismo como objetos de estudo.

Segundo Edgar De Decca, referindo-se a historiografia que tratou a Revolução de 30, esta por muito tempo se mostrou impregnada pela *memorização* de um discurso produzido pelos “vencedores”. Ou seja, aquele discurso produzido por Vargas e sua base de apoio, que colocavam o ano de 1930 como divisor de duas fases distintas da história republicana brasileira, quando uma nova política e uma nova consciência se sobrepõem ao antigo jogo entre as oligarquias de São Paulo e Minas Gerais com seus “falsos líderes” (De Decca e Visentini, 1997).

Podemos constatar que algo parecido ocorreu com a AIB, quando a historiografia sobre o assunto utilizou-se de um discurso oriundo de uma memória triunfante. Porém, diferentemente do caso explorado por De Decca, foi o discurso de seus opositores e não o próprio discurso Integralista que permeou esta *memorização*. Lembremos que este movimento não pode ser visto como o “vencedor”, uma vez que nunca chegou ao poder e, por muitas vezes, se colocou em oposição ao regime vigente. Foi exatamente deste discurso estereotipado e discriminatório que a historiografia se apropriou e transmitiu, até a sua revisão na década de 1970.

Neste “momento”, os estudos que contemplaram a história política brasileira, quando abordaram a participação da AIB na conjuntura nacional, apresentaram esta quase que como obsoleta, o que é denominado por Bertonha como a *historiografia do parágrafo* (Bertonha, 2004: s/p). Esta historiografia é baseada na memória comum, deixada pelos opositores do Integralismo - como os comunistas, os liberais e o próprio governo de Vargas - e, em menor grau, nos textos doutrinários do movimento, que são utilizados sem nenhuma análise ou contestação, além de também ser atrelado, como já citado anteriormente, a um estereótipo comum a todas as formas de fascismo.

Baseada nesta visão, a participação da AIB é apresentada como de pouca importância, somente citada em breves passagens, como se fosse uma espécie de: “*só para dizerem que eu não esqueci*”. Um exemplo desta historiografia, é o trabalho de João Cruz Costa, que mesmo tendo defendido a tese de que a vida política e intelectual brasileira não se tratava de uma simples cópia das que iam pelo mundo, não se utilizou devidamente desta idéia quando se referiu ao Integralismo. Assim, apresentamos um trecho da obra de Cruz Costa, que ao se referir a AIB, afirma que:

A propaganda dos extremismos, o da esquerda e o da direita (o integralismo) – reflexos de uma luta que se processava na Europa -, criava inquietação,

proveitável aos desígnios de Vargas. Logo após o fim da revolução de 1932 surgia em São Paulo, apoiando-se nas classes conservadoras, o *movimento integralista* (o da Ação Integralista Brasileira), lançado pelo escritor Plínio Salgado. Nesse movimento que se afirmava nacionalista, misturava-se outras receitas de reacionários da Europa, de Portugal, de onde lhe vinha o nome. O que tal movimento pretendia era o estabelecimento do que eles chamavam de “estado integral”, síntese final, diziam, das *realidades nacionais*... nunca se falou tanto e se explorou tanto essa *realidade nacional*. Como os fascismos europeus, o integralismo correspondia às aspiração das camadas conservadoras, e contou também com o apoio de alguns altos dignitários do clero católico. Naturalmente apoiavam-nos colônias italiana e alemã e grande número se descendentes de alemães e italianos (Costa, 1989: 103).

Neste trecho, encontramos uma enormidade de equívocos de análise e clichês da historiografia do período. Primeiramente vamos aos clichês: o parágrafo único que tenta dar conta de todas informações necessárias para o entendimento do que foi o Integralismo, e qual foi a sua participação na vida política brasileira é o mais visível. Em um segundo momento, nos chama atenção a generalização da AIB para com os outros partidos fascistas europeus, dando pouca importância às particularidades que o diferem destas demais experiências, o que novamente nos remete a uma visão preconceituosa do autoritarismo e/ou fascismo e, conseqüentemente, do Integralismo.

Quanto aos equívocos de análise, temos, a priori, a consideração acerca de que o principal, ou quase único, apoio da AIB dava-se dentro das classes conservadoras, sendo a sua ideologia reduzida a uma visão simplista, ou seja, uma ideologia nacionalista, conservadora e apoiada nos fascismos internacionais. Por fim, Cruz Costa afirma que existiu uma natural adesão das colônias e descendentes de alemães e italianos ao movimento, o que é sabido que não ocorreu, a exemplo da luta das colônias italianas contra os fascismos, como constatamos no trabalho de Bertonha intitulado *Sob a sombra de Mussolini: os italianos em São Paulo e a luta contra o Fascismo, 1919-1945* (Bertonha, 1999), e no trabalho de Stanley Hilton intitulado *O Brasil e a crise internacional: 1930-1945* (Hilston, 1977), o qual nos revela que parte da colônia alemã não concordava com o nacionalismo pregado pela AIB. Entendemos que o engano de Cruz Costa está na palavra “naturalmente”.

Na década de 1970, as correntes de análise materialistas e estruturalistas, principalmente a marxista, assumem o papel de destaque na produção intelectual dos principais centros acadêmicos e de pesquisa do Brasil, deixando a AIB ainda mais distante de se tornar objeto de estudo. Entretanto, após o golpe de 1964, vários trabalhos foram publicados, e, que ao contrário do modelo de análise marxista - que enfatizava os aspectos materiais e econômicos - elegeram a política como tema principal, o que se mostra como um resultado comum dentro dos interesses de pesquisa, já que o governo militar instalado em 64,

para muitos, colocava novamente as tendências conservadoras, autoritárias, ou até mesmo fascistas, no cenário político brasileiro (Banbira e Santos, 1998). Por estes motivos, foi somente na década de 1970 que foram realizados os primeiros trabalhos que contemplam a AIB como objeto central de análise, dando um importante destaque a esta década, pois tivemos um grande número de estudos e publicações, dando início a um novo “momento” desta historiografia, que se estende quase que até a década de 1990.

Temos como principais exemplos deste “momento”, os trabalhos de Gilberto Vasconcelos, intitulado *A ideologia curupira: análise do discurso integralista* (Vasconcelos, 1977); o de José Chasin, intitulado *O Integralismo de Plínio Salgado: forma de regressividade no capitalismo hipertardio* (Chasin, 1978); o de Marilena Chauí, intitulado *Apontamentos para uma crítica da razão integralista* (Chauí, 1978) e, por fim, o trabalho de Héglio Trindade, intitulado *Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30* (Trindade, 1974).

Sem dúvida, o trabalho de Trindade foi o mais importante e completo realizado neste “momento”, pois o autor situa a AIB dentro do contexto social, cultural, político e econômico nacional, analisa sua ideologia e a compara com as demais experiências fascistas européias, traça um retrato sociológico das lideranças e dos militantes do movimento, bem como a sua dinâmica interna de organização. Temas como a origem social e as motivações de adesão ao movimento por parte dos militantes, também são abordados, com o intuito de se traçar um perfil do movimento como um todo.

O trabalho de Marilena Chauí se opõe à tese de Trindade quanto à identificação do Integralismo como fascista, apontando dentro do discurso da AIB, elementos característicos de um pensamento autoritário que surge dentro das classes médias brasileiras e, une este ao bojo das discussões nacionalistas da década de 1920 (Chauí, 1978).

Outro autor que discorda da proximidade da ideologia Integralista à fascista é Chasin, que se apóia na não existência de condições dentro do modo de produção capitalista brasileiro do período para o surgimento de um movimento de cunho fascista. O autor se apropria de uma análise marxista, típica da historiografia deste “momento”, para ir contra as afirmações de Trindade. Entretanto, é justamente este contexto sócio-econômico diferenciado que deve ser questionado e entendido dentro do percurso histórico do movimento fascista brasileiro, ou de qualquer outro movimento desta natureza. Logo, as idéias não estão fora do lugar quando encontramos os motivos pelos quais estas aqui chegaram (Trindade, 1996: 33 e Caldeira, 1999: 18).

Esta crítica também está presente no trabalho de Gilberto Vasconcellos, que apóia a impossibilidade de fazermos esta afirmação, no fato de que, em nossas terras, não existiu uma forte tradição liberal, um forte partido comunista e um grande proletariado urbano-industrial, que foram fatores básicos para o surgimento dos fascismos europeus. Porém, ele não leva em conta que a debilidade destas forças agiu justamente no fortalecimento da AIB em sua primeira fase de expansão (Caldeira, 1999: 18-19). Deste modo, Vasconcellos repete o mesmo equívoco de Chasin, ao procurar entender a experiência brasileira usando como base os casos europeus.

Como pudemos observar, a principal temática dos trabalhos deste “momento”, está baseada na constatação, ou negação, da caracterização da AIB como um movimento fascista, o que para o “momento” atual da historiografia não é mais uma questão central, já que esta constatação acerca da AIB ser um movimento de cunho fascista - logicamente com suas particularidades - já se apresenta como de senso comum.

Estes estudos, também se baseavam quase que exclusivamente nos textos doutrinários de Salgado, com exceção do trabalho de Trindade que nos aponta não ser possível entender o Integralismo somente pelo discurso de um único ideólogo. Por fim, trazemos a colocação de Castro Caldeira que sintetiza adequadamente a produção deste “momento” ao afirmar que: “(...) na década de 1970, os estudos das ciências humanas foram razoavelmente marcados pela análise do discurso. Essa tendência decorreu em grande parte das influências do pensamento estruturalista sobre aquelas ciências, que privilegiaram as análises da dimensão superestrutural da sociedade” (Caldeira, 1999: 15).

É durante a década de 1980, que a historiografia que tratou a AIB deu início a um novo “momento”, assim, ainda encontramos trabalhos atrelados à produção da década de 1970, ao lado de trabalhos que se enquadram dentro do perfil da produção da década de 1990 e início da década de 2000, que já caracterizam um outro “momento” desta historiografia. Assim, este período da década de 80, pode ser entendido como um “momento” de transição.

Iniciamos então, com o conjunto de quatro volumes da coleção *História geral da civilização brasileira: o Brasil republicano* (1986), sob direção de Boris Fausto, nos quais o volume terceiro e quarto, contemplam a década de 1930. Estes trabalhos reúnem vários artigos de diversos estudiosos das mais diferentes áreas das ciências humanas, a exemplo do artigo *Integralismo: teoria e práxis política nos anos 30* de Héglio Trindade (Trindade, 1996). Neste artigo, o autor discute os problemas e as perspectivas dos estudos sobre a AIB, apresenta um breve panorama da historiografia que tratou o integralismo durante a década de 1970 e realiza a réplica a seus críticos.

Chauí também volta a produzir na década de 1980, porém, agora enfatizando o pensamento de Plínio Salgado, em seu trabalho *Notas sobre o pensamento conservador dos anos 30: Plínio Salgado* (Chauí, 1986). Outro trabalho que merece ser citado, é o de Jorge Zaverucha, intitulado *A questão do integralismo diante da herança fascista* (Zaverucha, 1984), que se une à tese de Trindade em considerar o Integralismo como movimento fascista.

Outros trabalhos deste período foram: *Totalitarismo e Revolução: o integralismo de Plínio Salgado*, de Ricardo Benzaquen de Araújo (Araújo, 1988) que possui uma proposta de caráter ensaístico e não acadêmico, interpretando a ideologia de Salgado e ressaltando suas tendências espiritualistas e totalitárias; e o livro de René Gertz (Gertz, 1987) intitulado *O fascismo no sul do Brasil: germanismo, nazismo e integralismo*, que entre outras abordagens, analisa a relação entre os imigrantes alemães e integralistas no sul do Brasil.

Como podemos perceber, é ainda no final desta década e, principalmente, durante a década de 1990, que os estudos sobre o Integralismo deixam de contemplar somente os aspectos autoritários e/ou fascistas da AIB e passam a contemplar suas especificidades, como a relação do Integralismo com os imigrantes, com o meio militar, a participação feminina e dos negros dentro do movimento, as políticas regionais, a simbologia e as festividades, assim como, o anti-semitismo dentro do discurso e das práticas do partido. Temos durante este período, recortes mais específicos, mostrando um panorama difuso daquele que vinha sendo produzido nas décadas anteriores (Bertonha, 2004: s/p), características estas que irão permear a produção do “momento” atual.

Alguns títulos que representam esta historiografia são os trabalhos de Roney Cytrynowicz (Cytrynowicz, 1992), intitulado *Integralismo e anti-semitismo nos textos de Gustavo Barroso na década de 1930*, o de Fábio Bertonha (Bertonha, 1992), *A máquina simbólica do integralismo: controle e propaganda política no Brasil dos anos 30*, o de Castro Caldeira (Caldeira, 1999), *Integralismo e política regional: a ação integralista no Maranhão (1933-1937)* e o de Rosa Maria Feiteiro Cavalari (Cavalari, 1999), *Integralismo: ideologia e organização de um movimento de massa no Brasil (1932-1937)*.

No trabalho de Caldeira, temos um estudo em nível regional que nos abre a possibilidade não só de entender como a AIB se inseriu no panorama político maranhense, mas também nos leva a entender como funcionava sua organização a nível regional. Este trabalho contempla a passagem da *caravana* de Barroso, o discurso anticomunista integralista, as lutas contra a ANL e a relação do movimento com a política regional maranhense.

No entanto, maior destaque deve ser dado ao trabalho de Cavalari o qual analisa a pedagogia fascista, os símbolos e rituais integralistas como responsáveis pela união,

sociabilização ideológica, propaganda, agremiação, mobilização política, submissão à hierarquia e disciplina. A autora também analisa como se processou a criação de uma identidade para o movimento, onde se destaca a participação das mulheres integralistas, “as blusas verdes” que, dentro das escolas, ambulatórios e creches integralistas, pretendiam por meio de ações filantrópicas e educacionais atender às necessidades da população e agregar novos adeptos para o partido. A rede de jornais integralistas, nacionais e regionais, também é estudada, porém, como meios de divulgação e doutrinação, assim como os programas de rádio, uma vez que a retórica dos líderes integralistas era a grande responsável pelo crescimento numérico e manutenção de seus militantes. Nesse sentido, o trabalho de Cavalari corresponde exatamente ao modelo da historiografia deste “momento”.

Seguindo, a produção historiográfica de início deste século XXI, dá continuidade a este “momento”, iniciado ao fim da década de 1980. Dentre os trabalhos que até hoje foram publicados, citamos: *O fascismo e os imigrantes italianos no Brasil* de Fábio Bertonha (Bertonha, 2001), e o segundo volume da coleção *O Brasil republicano* que traz um artigo de Marcos Chor Maio e Roney Cytrynowicz (Maio e Cytrynowicz 2003) intitulado *Ação integralista brasileira: um movimento fascista no Brasil*. Por fim, cabe citar neste momento, a coletânea de artigos produzida em decorrência do I Encontro de Pesquisadores do Integralismo realizado no Arquivo Público do Município de Rio Claro, que chegou ao grande público em 2004, com o título de *Integralismo: novos estudos e reinterpretações* (Dotta, Passos e Cavalari, 2004).

Esta coletânea nos traz os artigos: *Lembranças do esquecimento: datas e comemorações do Movimento Integralista Brasileiro*, *A ação feminina integralista no Maranhão*, *Notas sobre o anticomunismo integralista*, *A formação do Partido de representação Popular e a intervenção integralista na política brasileira*, *O trabalho através do discurso integralista*, *A educação no projeto integralista*, *O Integralismo e a mulher*, *Intelectuais brasileiros na ideologia integralista: autoritarismo, ensino e a busca de raízes nacionais*, *Integralismo e Eugenia e Integralistas e pesquisadores do Integralismo: o embate entre Memória e História*. Esta extensa lista de títulos se justifica pelo fato de apresentar, justamente, os temas que este “momento” da historiografia sobre a AIB está abordando e que, como já foi citado, tem a pretensão de construir um panorama mais detalhado do movimento, como também promove novas abordagens para temas que já foram estudados.

Outro importante ponto a ser enfatizado, refere-se à necessidade de se estudar a memória produzida pelos militantes integralistas sobre a sua própria história. Dentro desta perspectiva, citamos o trabalho de Rogério Lustosa Victor, intitulado *O integralismo nas*

águas do Lete: história, memória e esquecimento (Lustosa, 2005). Neste estudo, o autor analisa a memória criada pelo Estado Novo e pela imprensa do período acerca da AIB, além de também abordar a memória criada pelos próprios militantes sobre o seu passado. Neste percurso, ele discute questões como a herança fascista, o golpe de Vargas em 1937 e o *Putch Integralista* de 1938. Victor aborda a memória que os atuais livros didáticos constroem sobre a AIB e a sua participação na história brasileira.

Por fim, só nos resta apresentar o trabalho de Gilberto Calil (Calil, 2001), intitulado *O Integralismo no pós-guerra: a formação do PRP (1945-1950)*, no qual é analisado o fim da AIB e a sua rearticulação após 1945 com a criação do PRP. A estrutura interna do PRP, o seu projeto político, os elementos mobilizadores de sua militância, o seu discurso anticomunista e, logicamente, a sua participação no processo político brasileiro, são abordados neste trabalho.

Por fim, entendemos que as apresentações e reflexões estabelecidas até aqui se mostram suficientes para o entendimento destes “momentos” da historiografia que abordou a AIB. Para finalizar, cabe esclarecer que somos conscientes de não contemplarmos toda a bibliografia que abordou a AIB, pela própria impossibilidade de tal empreitada, além de também estarmos cientes de ter deixado de lado a importante contribuição dos pesquisadores brasilianistas, dando preferência à produção nacional, uma vez que o espaço aqui presente para esta reflexão é limitado.

Referências Bibliográficas:

ARAÚJO, R. B, de **Totalitarismo e Revolução: o integralismo de Plínio Salgado**, Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

BANBIRA, V. & SANTOS, T. Brasil: nacionalismo, populismo e ditadura: cinquenta anos de crise social, *In: América Latina: história de meio século*, Brasília: UnB, 1988.

BERTONHA, F. A máquina simbólica do integralismo: controle e propaganda política no Brasil dos anos 30, *In: História & Perspectiva* (Uberlândia), Vol.7, 1992.

BERTONHA, F. **O fascismo e os imigrantes italianos no Brasil**, Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

BERTONHA, J. F. Integralismo: fontes problemas de pesquisa e tendências historiográficas, *In: Ciclo de Palestras sobre política: idéias e práticas políticas que marcaram a história do Brasil no século XX*, Curitiba, 2004.

- BERTONHA, J. F. **Sob a sombra de Mussolini**: os italianos em São Paulo e a luta contra o Fascismo, 1919-1945, São Paulo: Annablume, 1999.
- CALDEIRA, J. R. de C. **Integralismo e política regional**: a ação integralista no Maranhão (1933-1937), São Paulo: Annablume, 1999.
- CALIL, G.G. **O Integralismo no pós-guerra**: a formação do PRP (1945-1950), Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.
- CAVALARI R. M. F. **Integralismo**: ideologia e organização de um movimento de massa no Brasil (1932-1937), Bauru: EDUSC, 1999.
- CHASIN, J. **O Integralismo de Plínio Salgado**: forma de regressividade no capitalismo hipertardio, São Paulo: Ciências Humanas, 1978.
- CHAUÍ, M Apontamentos para uma crítica da Ação Integralista Brasileira, *In*: CHAUÍ, M & FRANCO, M. S. C. **Ideologia e mobilização popular**, Rio de Janeiro: CEDEC/Paz e Terra, 1978.
- CHAUÍ, M. Notas sobre o pensamento conservador dos anos 30: Plínio Salgado, *In*: ANTUNES, R.; FERRANTE, V. B. & MORAES, R (org.) **Inteligência brasileira**, São Paulo: Brasiliense, 1986.
- COSTA. J. C. **Pequena história da república**, 3º ed., São Paulo: Brasiliense, 1989.
- CYTRYNOWICZ R. **Integralismo e anti-semitismo nos textos de Gustavo Barroso na década de 1930**, Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de História da FFLCH-USP, 1992.
- DE DECCA, E. & VESENTINI, C. A. A revolução dos vencedores: considerações sobre a constituição da memória histórica a propósito da “revolução de 30”, *In*: **Revista Ciência e Cultura**, São Paulo: FAPESP, 1977.
- DOTTA, R. A.; POSSAS, L. M. V. & CAVALARI, R. M. F. (org.) **Integralismo**: novos estudos e reinterpretações, Rio Claro: Arquivo do Município, 2004.
- GERTZ, R. **Os teuto-brasileiros e o integralismo**: contribuições para a interpretação de um fenômeno político controverso, Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.
- HILTON, S. **O Brasil e a crise internacional**: 1930-1945, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.
- MAIO, M. C. & CYTRYNOWICZ R **Ação integralista brasileira: um movimento fascista no Brasil**, *In*: FERREIRA, J & DELGADO, L. de A. N. (org.) **O Brasil republicano – o tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo**, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

TRINDADE, H. **Integralismo**: o fascismo brasileiro na década de 30, 2. ed., São Paulo: DIFEL, 1979.

TRINDADE, H. Integralismo: teoria e práxis política nos anos 30, *In*: FAUSTO, B. (org.) **História Geral da Civilização Brasileira** - O Brasil republicano: sociedade e política (1930-1964), 6. ed., Rio de Janeiro: Bertrand, 1996.

VACONCELLOS, G. **A ideologia curupira**: análise do discurso integralista, São Paulo: Brasiliense, 1977.

VICTOR, R. L. **O integralismo nas águas do Lete**: história, memória e esquecimento, Goiânia: UCG, 2005.

ZAVERUCHA J. A questão do integralismo diante da herança fascista, *In*: **Revista Ciência e Tópicos**, Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1984.